

HISTÓRIA E MEMÓRIA – UM DESAFIO DE DECOLONIALIDADE A PARTIR DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Data de aceite: 01/03/2024

Willame Carvalho e Silva

<http://lattes.cnpq.br/2227887219640956>
<https://orcid.org/0000-0002-8974-1619>

Raimundo Lenilde de Araújo

<http://lattes.cnpq.br/7741473553613369>
<https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>
<https://www.cientiavita.e.pt/portal/9A12-7BD0-974A>

RESUMO: Pensar o acesso e permanência no Ensino Superior é um desafio tanto para quem entra, enquanto estudante ingressante em uma Instituição de Ensino Superior, como para quem pensa a Política Pública de acesso ao ensino superior de pessoas que se encontram excluídas dos muros das universidades/faculdades. Um outro debate que repercute na literatura sobre essa temática consiste no fato de que parcelas da sociedade historicamente marginalizados são também os que mais vivenciam a precariedade educacional, sobretudo, em razão de uma gestão classista e racista destinada aos recursos que permeiam esse sistema. O presente estudo pretende descrever o percurso teórico-metodológico do PROUNI destacando aspectos envolvendo sua contribuição

para o processo de decolonização, ou seja, até que ponto a Política Pública PROUNI contribui para romper com o ideal de mérito como única forma de acesso ao ensino superior, promovendo ações afirmativas de acesso à Instituições de Ensino Superior, a partir de bolsas a jovens com renda de até 1,5 sm per capita. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa realizada via levantamento bibliográfico, documental e com uso de dados colhidos do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre a temática, orientada pela abordagem epistemológica decolonial. Constatou-se a importância do Programa Universidade para Todos no contexto histórico, analisando número, modalidade de bolsas (parcial ou integral), turno dos cursos e a distribuição por Região, desde sua criação, em 2005 até 2020, apresentando um viés de decolonialidade, uma vez que ele contribui de forma significativa para o aumento do acesso de estudantes ao ensino superior, contribuindo para o projeto de construção de cidadanias decoloniais que privilegiam, dentre outros aspectos, a ruptura com as lógicas de poder e subalternização. Conclui-se que a política afirmativa, em questão, é imprescindível

para a promoção do direito à educação no Brasil. O Programa Universidade para Todos, no contexto pesquisado, pode ser considerado um bom programa de inserção ao ensino superior de jovens oriundos das classes populares.

PALAVRAS-CHAVE: História e Memória. Expansão do Ensino Superior. Inserção. Democratização do Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Para Walter Mignolo (2017), colonialidade nomeia a “lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada (MIGNOLO, 2017).

Pensar o acesso e permanência no Ensino Superior é um desafio tanto para quem entra, enquanto estudante ingressante em uma Instituição de Ensino Superior, como para quem pensa a Política Pública de acesso ao ensino superior de pessoas que se encontram excluídas dos muros das universidades/faculdades, por conta do contexto social, econômico e político, como renda, escolaridade, profissão do pai e da mãe, sexo etc. Como destaca Galvão e Lopes (2010): “Muito do que ocorre no universo da educação ainda é pouco conhecido pelos pesquisadores – e mesmo pelos professores” (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 11).

A ideia do projeto da expansão e interiorização da educação superior a partir de políticas públicas como o PROUNI, visa romper com o que Aníbal Quijano (2005), chama de “colonialidade do poder”, na qual os excluídos já internalizaram sua própria exclusão.

Um outro debate que repercute na literatura sobre essa temática consiste no fato de que parcelas da sociedade historicamente marginalizados são também os que mais vivenciam a precariedade educacional, sobretudo, em razão de uma gestão classista e racista destinada aos recursos que permeiam esse sistema. Diante disso, não se pode negar que os marcadores classistas e étnico-raciais se tornam um ponto crucial para a consolidação de uma situação de vulnerabilidade social, fazendo emergir importantes debates e tentativas de atenuar as consequências dessa situação (ALMEIDA, 2019).

O ProUni foi instituído pela Lei 11.096, em janeiro de 2005 pelo Governo Federal e constitui-se de uma política pública de acesso à Educação Superior, oportunizando educação superior a estudantes de baixa renda ou com poucas possibilidades de ingresso, a partir de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas, recebendo em contrapartida a isenção de tributos por parte do Governo Federal (BRASIL, 2005).

O presente estudo pretende descrever o percurso teórico-metodológico do PROUNI destacando aspectos envolvendo sua contribuição para o processo de decolonização, ou seja, até que ponto a Política Pública PROUNI contribui para romper com o ideal de mérito como única forma de acesso ao ensino superior, promovendo ações afirmativas de acesso à Instituições de Ensino Superior, a partir de bolsas a jovens com renda de até 1,5 sm per capita.

Pretende-se apresentar também, no presente estudo as memórias que se constitui a partir dos dados obtidos no Programa Universidade para Todos, visando uma compreensão de como tais políticas públicas pode ser promotora de inclusão de grupo ou classes, rompendo com relações de ocultação e dissimulação, próprio da violência simbólica, apresentado por Bourdieu (2007), como arbítrio cultural, em que há uma naturalização e perpetuação da exclusão.

As políticas públicas atuam como meio que impulsiona a ação governamental mediante planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas e são programadas e desenhadas por meio de alguns estágios, quais sejam: (i) definição de agenda; (ii) identificação de alternativas; (iii) avaliação das opções; (iv) seleção das opções; (v) implementação e (vi) avaliação dos resultados (SOUZA, 2006, p. 26-29). A partir da corroboração de que a desigualdade educacional no Brasil é evidente e latente, esta pesquisa também se centra no sexto estágio (vi) do ciclo das políticas públicas (BRASIL, 2012).

A Avaliação de Resultados ou desempenho são os “produtos” do programa, previstos em suas metas e derivados do seu processo particular de “produção” (DRAIBE, 2001). Esse tipo de avaliação é importante, pois permite avaliar os resultados e/ou impactos esperados pela política, além de possibilitar uma revisão dos produtos que estão sendo oferecidos, provocando um melhoramento da oferta da entrega dos serviços e produtos que chega ao público-alvo (CAPELLA, 2018).

Pretendeu-se, no presente estudo, realizar um levantamento dos resultados obtidos a partir dos dados do Censo de Educação Superior no período de 2005 a 2020, em uma análise de métodos multicritérios, no que tange ao público que teve acesso às bolsas ProUni no Brasil, e avaliar se o programa vem cumprindo seus propósitos que é oportunizar, por meio da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas de ensino superior, a estudantes que possuem renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (bolsas integrais) e igual ou inferior a 3 salários-mínimos (bolsas parciais) e que concluíram o ensino médio em escolas públicas ou ainda que cursaram o ensino médio em escolas particular de ensino com bolsas integrais.

Portanto, o presente trabalho visa apresentar sua contribuição para a ampliação das análises dos resultados do ProUni na inclusão social e colaborar com a produção científica acerca do tema.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa realizado via levantamento bibliográfico, documental e com uso de dados colhidos do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre a temática, orientado pela abordagem epistemológica decolonial.

As fontes documentais da pesquisa são essencialmente as bases em dados oficiais, a partir dos Dados Abertos do Governo Federal no período de 2005 a 2020. O levantamento de dados foi obtido por meio de microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para avaliação do ProUni no Brasil, no período de 2005 a 2020, foram levantadas informações do público que teve acesso às bolsas ProUni, abordando aspectos relacionados à tipo de bolsa, turno, modalidade de ensino e outros dados que irão proporcionar uma visão sobre o programa e seus resultados no contexto do país, no que tange aos seus propósitos.

Os dados foram analisados de forma agregada e descritiva utilizando os Elementos Primários de Avaliação (EPAs), além da análise dos dados do Censo Educacional da Educação Superior (BRASIL, 2022), os quais foram tabulados e expostos em forma de tabelas e gráficos além de estudo dos documentos regulatórios, leis e demais instrumentos da educação pública para esse nível de ensino para realizarmos as avaliações de Pontos de Vista Fundamentais (PVFs).

O texto estrutura-se da seguinte maneira: no primeiro momento apresenta-se a decolonialidade e educação superior, no segundo momento será apresentado um histórico de como foi realizado o processo de acesso ao ensino superior seguido da origem e os objetivos do ProUni; O terceiro momento do artigo será a apresentação dos Resultados e Discussões e por conseguinte, a Conclusão.

Os dados obtidos na presente pesquisa permitiram gerar informações para avaliação dos resultados do ProUni dentro do período pesquisado.

DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Saber Acadêmico surge com fortes traços de colonialidade, já no Brasil Colônia, antes da chegada da família real em 1.808, no Brasil. Os fazendeiros, filhos da elite branca, já enviavam seus filhos para estudarem em Coimbra, visando manter a hegemonia do saber para os poucos privilegiados, num mundo de analfabetos. O Eurocentrismo já era uma realidade, mantendo seu domínio nos séculos seguintes, perpetuando a exclusão, a exploração e a dominação do branco em relação aos colonos índios, negros e pardos. A Europa, desde então, desfrutava de vantajosa posição de poder, constituiu-se numa espécie de 'padrão de referência' à produção, legitimação e difusão dos conhecimentos, não apenas no Brasil, como nas demais partes do mundo (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019). Como afirma Quijano (2014, p.52):

[...] de la misma manera, no obstante que el colonialismo político fue eliminado, la relación entre la cultura europea, llamada también 'occidental', y las otras, sigue siendo una relación de dominación colonial. No se trata solamente de una subordinación de las otras culturas respecto de la europea, en una relación exterior. Se trata de una colonización de las otras culturas, aunque sin duda en diferente intensidad y profundidad segundo los casos. Consiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario. En una medida, es parte de él. Eso fue producto, al comienzo, de una sistemática represión no sólo de específicas creencias, ideas, imágenes, símbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominación colonial global. La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual. Fue seguida por la imposición del uso de los propios padrones de expresión de los dominantes, así, como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática.

Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, poucos foram as faculdades implementadas, porém restritas para brancos e ricos, uma seleta elite branca dominante, alheia à exploração porque sofriam os pretos, pardos, indígenas e demais excluídos.

A ideia de igualdade de oportunidade nunca esteve presente no dicionário do Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Sob a lógica da meritocracia, séculos de exclusão contra índios e negros foi consolidado até a Constituição de 1.988, onde uma leve brisa de igualdade e promoção de oportunidade aos sempre excluídos surge a partir de pequenas iniciativas de políticas de inclusão, a começar pela educação, onde afirma que o processo de inclusão na educação deverá ocorrer enquanto um bem comum, sem preconceito de raça, idade, cor, sexo ou qualquer outra forma de discriminação.

A necessidade de romper com um passado eurocêntrico hegemônico de exclusão, exploração e negação de direitos, às culturas e povos subalternizados (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019) vão se constituindo espaços de oportunidades para o acesso ao ensino superior, tornando-se assim uma ferramenta estratégica para o processo de decolonização. Políticas públicas foram se construindo nos espaços educacionais enquanto sistema cultural, promovendo um enfrentamento entre aqueles que sempre tiveram acesso ao ensino superior (burguesia) e aqueles moldados para trabalho manual (proletariado), rompendo com a retórica colonilista e promovendo uma revolução silenciosa entre o público privado de educação superior (LEITE; RAMALHO; CARVALHO, 2019).

Ações efetivas foram pensadas e implementadas ao longo dos últimos anos para a promoção de políticas públicas voltadas para inserção de jovens das classes populares nos bancos escolares do ensino superior, com destaque às seguintes:

- a. Financiamento Estudantil, fortemente incrementado durante o governo FHC (1994 -2002), que permitiu a inserção de jovens das classes populares nas vagas disponíveis para um público até então não acessível ao ensino superior;
- b. Programa Universidade para Todos, implementado no ano de 2005, ampliou fortemente o acesso das classes populares ao ensino superior privado, ofertando aos jovens com renda per capita de até 1,5sm bolsas integrais;
- c. Políticas de Cotas, instituída através da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, reservando no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo que 50% de tais vagas deveriam ser reservadas a estudantes oriundos de família com renda igual ou inferior a 1,5 sm per capita.

HISTÓRIA E MEMÓRIA - PROUNI

Para o estudo sobre expansão do ensino superior, no contexto da decolonialidade, é necessário compreender a importância da história para a apropriação da realidade e sua transformação. Galvão e Lopes (2010), destacam que:

O historiador debruça-se sobre esse passado e extrai dele lições para o presente e para o futuro. Junto com outras formas de explicação da realidade, a história tem contribuído para que entendamos melhor o que o presente nos coloca como problemas: um gesto, um modo de pensar, uma maneira de se comportar, uma forma de agir. A história nos permite ver que, em outros lugares, em outras culturas e em outras épocas, ou aqui perto de nós, a educação (de modo geral) e a escola (em particular) têm se transformado, mas mantêm elementos que, surpreendentemente, são os mesmos de um século atrás" (GALVÃO; LOPES, 2010, p.12).

Os 15 anos de história do Programa Universidade para Todos traz informações e experiência de uma política pública importante e necessária para o processo de expansão de espaços para público privado de ensino superior com regularidade, que são as classes populares até então excluídas dos espaços de educação superior, por conta do princípio da meritocracia, onde a elite branca sempre teve acesso a todos os meios legais de se apropriar do saber. A história recente permite uma aproximação para ampliar espaços de possibilidades de acesso a tal público, identificando sua realidade, propondo novos mecanismos de acesso e permanência de jovens oriundos das classes populares e promovendo justiça social às camadas excluídas do ensino superior.

O ProUni foi criado pelo Governo Federal por meio da medida provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, destinado a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas ou ainda que cursaram o ensino médio em escolas da rede particular de ensino com bolsas integrais.

No tocante a decolonialidade, o PROUNI surge como uma política pública voltada para romper com a exclusão de negação das classes populares até então não inserida no espaço do ensino superior. Surge, junto com a política de cotas, para a promoção de um maior número de pessoas até então excluída da educação superior, priorizando recursos que escapa à retórica colonialista.

No que tange aos produtos a serem oferecidos pelo Programa, são bolsas parciais ou integrais, disponibilizados a estudantes que possuem renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, que cursaram ensino médio em escolas públicas ou particulares na condição de bolsistas, professores da rede pública de ensino, além da exigência de obterem determinada pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio.

Além das metas realizadas, o cumprimento do planejado, índices de cobertura da população-alvo, os níveis de focalização do programa sobre os públicos-alvo pretendidos são importantes indicadores de resultados e que podem auxiliar na pergunta necessária que os avaliadores devem responder: o programa realizou os objetivos pretendidos? Atingiu os grupos-alvo que pretendeu atingir? Cumpriu, e em que níveis de quantidade e de qualidade, as metas propostas? (DRAIBE, 2001).

A avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão. Avaliar os resultados do ProUni é importante, pois permite avaliar os impactos esperados pela política, além de possibilitar uma revisão do produto que está sendo oferecido, provocando um melhoramento da oferta da entrega dos serviços e produtos que chega ao público-alvo (CAPELLA, 2018 p. 241).

Trata-se de verificar se a presente Política Pública vem cumprindo os objetivos propostos: Promover o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, ou seja, o ProUni vem atingindo o público-alvo que se propõe quando da sua criação?

Observa-se que na Exposição de Motivos do ProUni, a ideia de “democratização do acesso da população de baixa renda ao ensino superior” fica explícito e acompanha toda a sua formatação, implantação e execução. Na época do surgimento do ProUni, a Lei do PNE havia estabelecido como meta o aumento da taxa líquida da educação superior para 30% até 2010.

Já em 2014, uma nova lei atualiza as metas do PNE, estabelecendo em sua meta 12 o seguinte, para ser alcançado até 2024:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público - Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014).

Além das justificativas serem importantes para uma avaliação dos resultados de uma política pública, os objetivos traçados na lei aprovada em 2005 trazem à luz os fundamentos do novo programa.

Verifica-se que tanto a Exposição de Motivos, quanto às metas do PNE trata da necessidade de ampliação de matrículas na educação superior para população de 18 a 24 anos. O ProUni surgiu para atender uma demanda de jovens que não tiveram oportunidade de ingresso no ensino superior público, e o governo, objetivando modificar o quadro de desigualdades encontradas diante dos excedentes marginalizados socialmente, procurou estratégias para democratizar o acesso ao ensino superior, no intuito de atender às aspirações da sociedade e diminuir a desigualdade social (CARVALHO; SILVA, 2018).

Cumprir as metas do Plano Nacional de Educação exige ações estratégicas, como aquelas elencadas na Exposição de Motivos, ou seja, **a)** democratizar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior; **b)** estimular IES privadas a destinação de vagas para estudantes de baixa renda e **c)** cumprimento das metas do PNE.

PROUNI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ELEVAÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR

Nesta sessão serão apresentados os principais resultados encontrados após análise do banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foi levantado a totalidade de beneficiários do ProUni, a partir do Censo de Educação Superior, nos anos de 2005 a 2020. O plano nacional de educação (Lei 13.005/2014) determina na meta 12, o seguinte: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50 % e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos (BRASIL, 2014).

No primeiro ano de lançamento das bolsas do ProUni, realizado em 2005, 95.629 estudantes foram beneficiados (tabela 1), sendo 67.276 com bolsas integrais (70,4%) e 28.353 com bolsas parciais (29,6%) como demonstra a tabela 2. A partir de então, os números de bolsas ofertadas foram crescendo ano após ano, ocorrendo um pico de oferta de bolsas em 2015, com 252.650 bolsas, destas 55,6% integrais e 44,4% parciais (tabela 2). A partir de 2016, a oferta diminuiu, chegando em 2020 com 166.830 bolsas, números estes semelhantes a 2009, que estava a quatro anos da instituição do PROUNI.

ANO	TOTAL	ANO	TOTAL
2005	95.629	2013	177.326
2006	109.025	2014	223.598
2007	105.574	2015	252.650
2008	124.621	2016	239.262
2009	161.369	2017	236.636
2010	152.733	2018	241.032
2011	170.766	2019	225.555
2012	176.764	2020	166.830
TOTAL (2005-2012)	1.096.481	TOTAL (2013-2020)	1.762.889
TOTAL GERAL	2.859.370		

Tabela 1 – Total de bolsas oferecidas pelo PROUNI entre 2005 e 2020.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Com um crescimento de 74,5% desde a sua implementação em 2005, o ProUni passou por avanços e retrocessos, chegando a quase triplicar em 2015, com 252.650 bolsas parciais e integrais. Porém, a partir de 2016 sofre uma série de retrocessos, reduzindo de forma considerável os números de bolsas, mantendo, contudo, os números em patamares consideráveis em 2020, com 166.830 bolsas, sendo 130.744 bolsas integrais (78,4%) e 36.086 bolsas parciais (21,6%), conforme pode ser visto na tabela 2.

A variação entre bolsas integrais e parciais ao longo dos anos de 2005 a 2020 mostra uma oscilação ano a ano, com uma média de 6,2% nas bolsas integrais, 7,9% nas bolsas parciais e 4,7% de variação nas bolsas totais. A maior variação ocorre junto às bolsas parciais no ano de 2015, quando há um crescimento de 136% em relação a 2014, passando de 47.565 bolsas para 112.243 bolsas. 2015 é o ano com o maior número de bolsas em geral, totalizando 252.650 bolsas. A partir de então, as bolsas ProUni deixam de ter uma linha de crescimento para uma redução significativa no número de bolsas, chegando a 2020 com 166.830 bolsas, ou seja, 73% a menos que no ano de 2015. A partir de então, a oferta de bolsas vem diminuindo de forma significativa, chegando 2020 aos mesmos patamares de 2014.

Verifica-se um predomínio da disponibilização de bolsas integrais, destinados a jovens oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 mínimo. Dos 15 anos com dados disponíveis, 7 anos estão com a média de 70,4% a 79% das bolsas disponibilizadas do tipo bolsa integral. Apenas o ano de 2015 existe uma aproximação entre bolsas integrais (55,6%) e bolsas parciais (44,4%).

ANO	BOLSA INTEGRAL	%	BOLSA PARCIAL	%	TOTAL
2005	67.276	70,4	28.353	29,6	95.629
2006	86.141	79,0	22.884	21,0	109.025
2007	73.561	69,7	32.013	30,3	105.574
2008	76.643	61,5	47.978	38,5	124.621
2009	113.647	70,4	47.722	29,6	161.369
2010	96.216	63,0	56.517	37,0	152.733
2011	106.516	62,4	64.250	37,6	170.766
2012	119.191	67,4	57.573	32,6	176.764
2013	134.571	75,9	42.755	24,1	177.326
2014	176.033	78,7	47.565	21,3	223.598
2015	140.407	55,6	112.243	44,4	252.650
2016	157.406	65,8	81.856	34,2	239.262
2017	155.041	65,5	81.595	34,5	236.636
2018	161.571	67,0	79.461	33,0	241.032
2019	167.807	74,4	57.748	25,6	225.555
2020	130.744	78,4	36.086	21,6	166.830

Tabela 2: Número de beneficiados do ProUni segundo a oferta de bolsas integrais e parciais entre 2005 a 2020.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Verifica-se um predomínio da disponibilização de bolsas integrais, destinados a jovens oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 mínimo. Dos 15 anos com dados disponíveis, 7 anos estão com a média de 70,4% a 79% das bolsas disponibilizadas do tipo bolsa integral. Apenas o ano de 2015 existe uma aproximação entre bolsas integrais (55,6%) e bolsas parciais (44,4%).

Os dados do gráfico 1, evidenciam um predomínio histórico dos números de bolsas no turno noturno, favorecendo uma maior participação de público que necessita trabalhar, bem como o público mais vulnerável que necessita promover o acesso ao ensino superior, concentrado nos cursos noturnos.

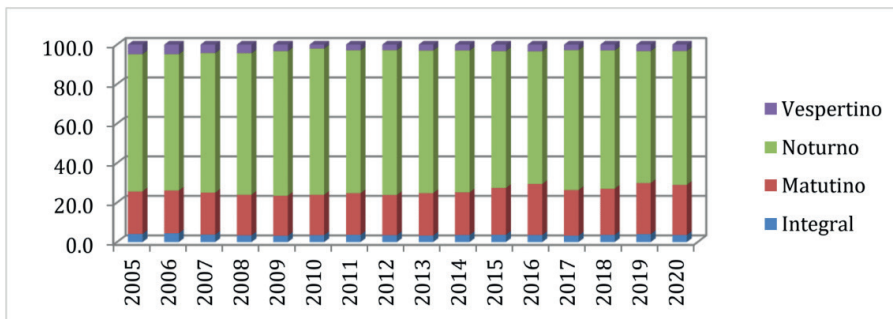


Gráfico 1 – Percentual de distribuição das bolsas de estudos nos cursos presenciais conforme o turno dos cursos entre 2005 e 2020.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Os dados do gráfico 1, evidenciam um predomínio histórico dos números de bolsas no turno noturno, favorecendo uma maior participação de público que necessita trabalhar, bem como o público mais vulnerável que necessita promover o acesso ao ensino superior, concentrado nos cursos noturnos.

Percebe-se no gráfico 2 uma maior concentração de bolsas no Sudeste em todo o período estudado. Até o ano de 2015, dez anos após a implantação do programa, a região sul, se mantinha em segundo lugar na oferta de bolsas. Se por um lado expressa a distribuição das vagas e matrículas do ensino superior nessa região, por outro, revela que a ação estatal mantém as desigualdades de acesso. O Nordeste sempre se manteve próximo dos percentuais do sul, valendo ressaltar que, entre 2016 e 2020, aumenta a participação do Nordeste, saindo da faixa de 13,4% – 18,2% para a faixa de 20,5% – 23,5% enquanto as demais reduzem, chegando o Sudeste, cuja variação era de 45,9% – 54,6%, a ficar entre 44,7% e 42,9%.

O aumento na participação do Nordeste na distribuição, como demonstrado no Gráfico 2, reflete o acréscimo de bolsas nessa Região e a redução e/ou manutenção nas demais a partir de 2016.

A maior concentração de bolsas no Sul e no Sudeste, em média 66,7%, se por um lado expressa a distribuição das vagas e matrículas do ensino superior nessas regiões, por outro, revela que a ação estatal mantém as desigualdades de acesso. É verdade que, entre 2016 e 2020, aumenta a participação do Nordeste, saindo da faixa de 13,4% – 18,2% para a faixa de 20,5% – 23,5% enquanto as demais reduzem, chegando o Sudeste, cuja variação era de 45,9% – 54,6%, a ficar entre 44,7% e 42,9%.

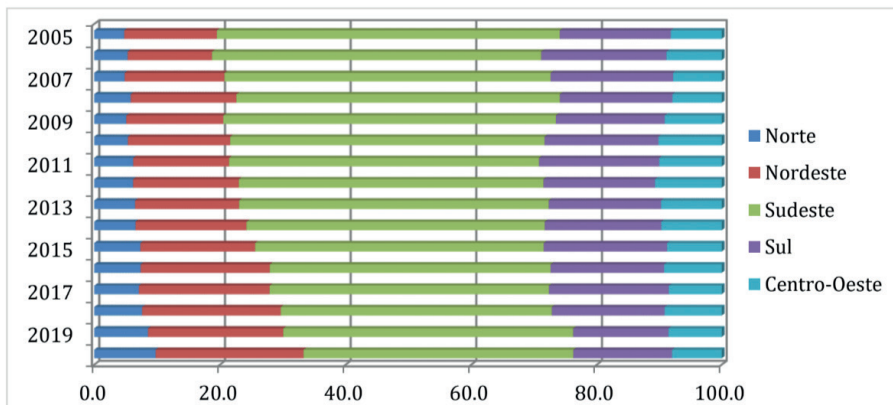


Gráfico 2 – Percentual de distribuição das bolsas de estudos do PROUNI entre as Grandes Regiões Geográficas do Brasil – 2005-2020

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Dados Abertos - MEC (BRASIL, 2005-2020)

Ferro (2010) destaca que a linguagem é o meio principal pelo qual o homem pode e consegue estabelecer relações com seu meio e seus semelhantes (FERRO, 2010, 44). As políticas públicas estão em constante evolução, em vista de a realidade social ser dinâmica e exigir permanentes aperfeiçoamentos e com isso surge a necessidade de ajustes. Faria (2005), destaca que a avaliação representa a etapa do ciclo das políticas que objetiva aperfeiçoar ações além de fornecer subsídios para intervenção, prestação de contas e responsabilização de agentes envolvidos.

Os resultados dos estudos de Costa e Ferreira (2017) apontam para uma avaliação positiva do ProUni, por ser ela responsável por propiciar o preenchimento de vagas ociosas geradas pela falta de alunos nas IES privadas, além de introduzir o atendimento de um público que sequer ingressaria em IES privadas, por conta das restrições financeiras para arcar com suas respectivas mensalidades.

Quanto ao cumprimento das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação, Matos (2007) destaca que o ProUni possibilita bons resultados neste quesito, por inserir no espaço do ensino superior um público oriundo das classes populares que possivelmente não ingressaria se não tivesse o benefício das bolsas ProUni, auxiliando no alcance das metas do PNE. Finalmente, Souza (2003) destaca que as pesquisas devem dar atenção às variáveis que impactam sobre os resultados das políticas públicas, com o objetivo de entender melhor seus resultados.

CONCLUSÃO

Constatou-se a importância do Programa Universidade para Todos no contexto histórico, analisando número, modalidade de bolsas (parcial ou integral), turno dos cursos e a distribuição por Região, desde sua criação, em 2005 até 2020, apresentando um viés de decolonialidade, uma vez que ele contribui de forma significativa para o aumento do acesso de estudantes ao ensino superior, contribuindo para o projeto de construção de cidadanias decoloniais que privilegiam, dentre outros aspectos, a ruptura com as lógicas de poder e subalternização.

Desse modo, traçou-se um panorama do Programa PROUNI, enquanto um espaço estratégico para o processo de decolonização, tanto em termos de quantidade como de qualidade, reunindo informações para uma posterior avaliação da política e, principalmente, dispondo de elementos para compreender essa ação do Estado que, por meio de renúncia fiscal, ofertou, nos 15 anos estudados, 2.859.370 bolsas, registrando uma ampliação de 74% entre o primeiro ano, 2005, e o último ano estudado, 2020.

A média anual de crescimento foi de 4,7%, todavia, há anos que os aumentos chegaram a 29,5% (2008/2009) e a 26,1% (2013/2014) e anos em que houve redução, 26% (2019/2020) e 6,4% (2018/2019). O crescimento, por conseguinte, não é linear, apresentando oscilações na trajetória.

Essas bolsas foram em todo o período, predominantemente, do tipo integral, para cursos presenciais noturnos na Região Sudeste. Esta Região recebeu, em média, quase a metade (48,5%) das bolsas, chegando a ter em 2005, primeiro ano do Programa, 54,6% e a ter, em dez dos quinze anos estudados, mais de 0,1% da sua população beneficiada, sendo superada apenas pela Região Sul, que teve essa cobertura em onze dos quinze anos.

Portanto, o PROUNI concedeu, como previsto na legislação instituidora, bolsas de estudos parciais ou integrais, mais essas do que aquelas, para alunos de cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, principalmente, na modalidade presencial, no turno noturno e na Região Sudeste.

Esses resultados carecem de maior avaliação em termos tanto da população atendida como dos seus efeitos na ampliação do acesso ao ensino superior dos segmentos tradicionalmente excluídos dessa etapa da escolarização.

Conclui-se, na análise do contexto histórico e metodológico, que as mediações entre o estudo sobre a expansão do ensino superior e o acesso às vagas em IES privado, na perspectiva da decolonialidade, houve um avanço no processo de ocupação de espaços até então não ocupados, espaços de transgressão no processo educacional, onde estão presentes jovens oriundos das classes populares que não teriam oportunidades sem tais políticas públicas. O Estado é o principal ator no cenário da expansão, cujo cenário é promover a ocupação de espaços educacionais nas IES privadas, a título de democratização da educação.

Apesar das críticas ao programa, a política afirmativa, em questão, é imprescindível para a promoção do direito à educação no Brasil. Conclui-se que o Programa Universidade para Todos, no contexto pesquisado, pode ser considerado um bom programa de inserção ao ensino superior de jovens oriundos das classes populares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. *Lei 13.005, de 25 de junho de 2014*. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 20.02.2022.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise. ex post**. Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília, 2018 v. 2 (301 p.).

BRASIL. **Exposição de Motivos Interministerial (EMI) n. 26**, de 28 de abril de 2004a. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=219649&filenome=PL+3582/2004 . Acesso em: 01.10.2021.

BRASIL. **Exposição Interministerial n. 61/2004d**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0779B96C800D37533C7B53CBED0FC494.node2?codteor=248684&filename=MPV+213/2004 4. Acesso em: 01.10.2021.

BRASIL. **Programa Universidade para todos – ProUni**. Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 05 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, a. 149, n. 169, 30 ago. 2012. Seção 1. P. 1.

BRASIL. **Painel de Controle do MEC**. Ministério da Educação. Disponível em SIMEC - Painel de Controle do Ministério da Educação. Acesso em 21/01/2022.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, 560 p. tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de políticas públicas*. **Enap**, Brasília; 152 p., 2018. ISBN: 978-85-256-0080-6.

CARVALHO, Klayton Lima Cavalcante; SILVA, Sandra Maria Barbosa. **Políticas públicas para a juventude: um olhar sobre os programas fies e prouni**. Revista Multidebates, Palmas, v. 2, n. 2, 2018. ISSN: 2594-4568

COSTA, Danielle Dias; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. **O ProUni na Educação Superior brasileira: indicadores de acesso e permanência**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-0772017000100141&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 21/01/2022.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas.** In: BARREIRA & CARVALHO (ORGS). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.* SP: IEE/PUC-SP, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio P. de. **A política da avaliação de políticas públicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza: e o sonho da escola ideal.** São Luis. EDUFMA. 2010.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação.** 1. ed. - São Paulo: Ática, 2010.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez.; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira.; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes. Artigo - A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educação em Revista**, 2019. Belo Horizonte | Dossiê - Paulo Freire: O Legado Global, v.35, e214079

MATOS, Nei Carlos Moraes. **Uma abordagem integrada entre QFD e gestão por processos na oferta de bolsas e seleção do ProUni.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

MIGNOLO, W. D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2017, v. 32, n. 94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 21 jan. 2022

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad y modernidad-racionalidad.** In: PALERMO, Zulma.; QUINTERO, Pablo. (orgs.). Aníbal Quijano: textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2014. pp. 60-70.

SOUZA, Celina. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2022.